

## Geometria variável

AGENDA ECONÔMICA E RECONFIGURAÇÃO DA SUSTENTAÇÃO POLÍTICA DO GOVERNO EM PLENO VÔO

*Rogério L. Furquim Werneck\**

A expressão que dá título a esse artigo tem sido usada e abusada, especialmente pelos franceses, para designar quase tudo que é capaz de assumir formatos distintos em diferentes circunstâncias. De insetos a diplomacia. Mas é a conotação bastante concreta que a expressão assume no campo da engenharia aeronáutica que a torna particularmente útil para a discussão de desafios importantes com que se defronta agora o governo.

Projetistas de aviões de combate lidam com uma escolha difícil. Asas bem abertas, com grande envergadura, facilitam a decolagem e são convenientes para vôos em baixa velocidade. Mas não são a melhor solução para velocidades mais altas. Para isso, asas com menos envergadura, posicionadas em ângulo agudo mais próximas à parte posterior da fuselagem, são claramente preferíveis. Esse dilema acabou dando lugar ao desenvolvimento de aeronaves com geometria variável. Aviões que permitem que a posição das asas seja alterada em pleno vôo, na medida da necessidade.

Tendo alçado vôo em grande estilo, o governo se defronta agora com evidências claras de que a configuração da sua sustentação política inicial, por mais propícia que tenha sido para a decolagem, se está revelando inadequada para o plano de vôo que acabou sendo traçado. Há nítida perda de sustentação à esquerda. As esperanças de que fossem dificuldades passageiras parecem a cada dia mais infundadas. A verdade é que a extremidade da asa esquerda está se desfazendo. Está soltando pedaços a olhos vistos.

Atento ao problema, o governo está empenhado em fazer funcionar o que parece ser um recurso peculiar de geometria variável, que supostamente permitiria, a curto prazo, compensar a perda de sustentação do lado esquerdo com uma extensão da asa direita. É bem possível que a simples menção de um tal mecanismo deixasse engenheiros aeronáuticos de cabelo em pé. Mas, para sorte do governo, as leis da física não têm vigência no mundo da política. E a viabilidade da idéia não pode ser simplesmente descartada. Mas não há dúvida de que há sérias dificuldades a se ter em conta. Uma delas é que, a se julgar pelas evidências iniciais, os dois processos não são independentes. Muito pelo contrário. À medida que à asa direita se estende, mais grave parece se tornar a perda de sustentação na extremidade da asa esquerda. E há pelo menos uma outra dificuldade que não pode ser desconsiderada. A extensão da asa que vai permitindo a ampliação da área de sustentação à direita parece feita de material de resistência no mínimo duvidosa.

É claro que qualquer governo, ao longo do seu mandato, pode se ver obrigado a alterar, em algum grau, a configuração de sua sustentação política. Não há nisso grande novidade. O que há de notável no caso do governo Lula é quão substancial poderá vir a

ser a alteração necessária, para que o governo possa levar a bom termo seu plano de vôo. E a dúvida é se a aeronave foi de fato concebida para agüentar uma geometria variável tão ousada.

A perda de sustentação à esquerda decorre, em parte, da insistência do governo na manutenção de uma política macroeconômica coerente, com ênfase, a curto prazo, no combate à inflação. Mas decorre também, em boa parte, do formato da proposta de reforma previdenciária que o governo encaminhou ao Congresso. Um desdobramento que, de nenhuma forma, parece ter surpreendido o Planalto. Há meses, o núcleo do novo governo chegou à conclusão de que só havia uma forma de abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para uma efetiva melhora da qualidade do dispêndio público, com redirecionamento dos gastos primários para programas que possam de fato beneficiar as camadas mais pobres da população. Não havia alternativa. O Planalto teria de enfrentar os custos políticos do desencastelamento dos dispendiosos privilégios previdenciários do funcionalismo, tão profundamente enrustados na Constituição. A vigorosa reação à reforma é, portanto, mais do que previsível. A bem da verdade, não está restrita à esquerda. Talvez esteja aí concentrada, mas de fato perpassa todo o espectro político, como bem ilustram as lamentáveis cenas de corporativismo explícito que vêm sendo protagonizadas por ampla gama de figurões do Judiciário.

Na excelente entrevista concedida à Folha de S. Paulo do último domingo, 15/6, o Prof. Leôncio Martins Rodrigues asseverou que a proposta de reforma previdenciária causou dano irreparável à relação do governo Lula com o movimento sindical do funcionalismo. E mencionou que o Planalto deu mostras de já estar se precavendo contra os desdobramentos desse fato, quando lançou mão de toda sua influência para assegurar que a direção da CUT ficasse nas mãos de um sindicalista vinculado à defesa dos interesses de trabalhadores do setor privado, e não de funcionários públicos.

Na mesma entrevista, o professor sugeriu que o governo pode estar contando com uma geometria variável ainda mais complexa do que a simples compensação da perda de sustentação à esquerda com uma ampliação provisória do apoio à direita. Argüiu que pode estar havendo uma aposta num reforço paulatino da sustentação do governo junto à massa do eleitorado às custas de um progressivo abandono do apoio proveniente de setores sociais organizados, que sempre constituíram a base do PT. Mas alertou que isso poderia facilmente resvalar para uma relação bonapartista, sem intermediários, de Lula com o eleitorado.

Talvez ainda esteja cedo para se antever com a devida nitidez os reais contornos da geometria variável que acabará marcando a reconfiguração da sustentação política do governo ao longo desse mandato. Mas não já há dúvida de que a base de sustentação inicial se tornou gritantemente inadequada para viabilizar o que parece ser a agenda econômica do governo.

---

\* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.